



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 11h00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 10 e 11, relativas às reuniões de 6 e 13 de janeiro de 2016, respetivamente;
2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:
  - a) Projeto de Lei n.º 93/XIII/1.ª (BE): - Revoga o regime de requalificação  
**Deputado autor do parecer:** GP do PS;
  - b) Projeto de Lei n.º 94/XIII/1.ª (BE): - Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, 3 de novembro)  
**Deputado autor do parecer:** GP do PSD;
  - c) Proposta de Lei n.º 9/XIII/1.ª (ALRAM) – Reduz o horário de trabalho para as 35 horas semanais.  
**Deputado autor do parecer:** GP do BE.
3. Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs: 53/XIII/1.ª (PCP) – Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença; 56/XIII/1.ª (BE) – Alarga o acesso às pensões de invalidez e velhice dos trabalhadores da empresa nacional de urânio e consagra o direito a uma indemnização emergente de doença profissional ou por morte; 60/XIII/1.ª (PEV) – Procede à alteração ao Decreto-Lei nº 28/2005, de 10 de Fevereiro, sobre o Regime Jurídico de Acesso às Pensões de Invalidez e Velhice pelos Trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio (ENU) S.A., e estabelece o direito a indemnização em caso de doença profissional ou por morte.  
**Deputado autor do parecer:** Pedro Alves (PSD);

## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

4. Apreciação do relatório da audiência concedida à FIEQUIMETAL em 7 de janeiro de 2016;
5. Definição da metodologia e calendarização da discussão e votação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 3/XIII/1.ª (PS) – Restabelece os feriados nacionais da Implantação da República, a 5 de Outubro, e da Restauração da Independência, a 1 de Dezembro; 8/XIII/1.ª (PCP): - Reposição dos feriados nacionais retirados; 20/XIII/1.ª (PEV): - Restitui os feriados nacionais obrigatórios eliminados (Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.os 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de Junho, 47/2012, de 29 de Agosto, 69/2013, de 30 de Agosto, 27/2014, de 8 de Maio e 55/2014, de 25 de Agosto); e 33/XIII/1.ª (BE): - Restabelecimento dos feriados nacionais suprimidos.
6. Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 7/XIII (BE) e 8/XIII (PCP) - Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro, que "procede à alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 309-A/2000, de 30 de novembro, e 13/2013, de 25 de janeiro, que procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a proteção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência;"
7. Discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 1/XIII - Programa especial de apoio para a Ilha Terceira (ALRAA) e 3/XIII - Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção (ALRAM);  
(aprovadas, na generalidade, por unanimidade, na reunião plenária de 18 de dezembro)
8. Outros assuntos.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

---

Em momento prévio à discussão dos pontos da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão informou os Senhores Deputados relativamente a solicitações do Senhor Presidente da Assembleia da República em Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, bem como do balanço que o Senhor Presidente da Comissão aí apresentou em relação à atividade da Comissão de Trabalho e Segurança Social, que é a comissão parlamentar que regista um maior volume de trabalho desde que foi criada e até à presente data.

De seguida deu início à discussão dos pontos da Ordem do Dia.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 10 e 11, relativas às reuniões de 6 e 13 de janeiro de 2016, respetivamente;

Uma vez colocadas à votação as atas n.ºs 10 e 11 relativas às reuniões de 6 e 13 de janeiro de 2016, respetivamente, foram ambas aprovadas por unanimidade.

2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- a) Projeto de Lei n.º 93/XIII/1.ª (BE): - Revoga o regime de requalificação

**Deputado autor do parecer:** GP do PS;

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Luís Soares

- b) Projeto de Lei n.º 94/XIII/1.ª (BE): - Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, 3 de novembro)

**Deputado autor do parecer:** GP do PSD;

O Grupo Parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Carla Barros.

- c) Proposta de Lei n.º 9/XIII/1.ª (ALRAM) – Reduz o horário de trabalho para as 35 horas semanais.

**Deputado autor do parecer:** GP do BE.

O Grupo Parlamentar do BE indicou a Senhora Deputada Isabel Pires.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) pediu a palavra para deixar à consideração da Comissão a apreciação desta iniciativa em conjunto com as demais iniciativas sobre idêntica matéria e que já foram discutidas na generalidade em Plenário.

Intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados: Maria das Mercês Borges (PSD) para saber da viabilidade legal desta proposta; António Carlos Monteiro (CDS-PP) para propor que fosse colocada a questão à Conferência de Líderes; Sónia Fertuzinhos (PS) concordando com a procura de uma solução que permita uma resposta rápida, concluindo o Senhor Presidente pelo consenso da Comissão no sentido de se remeter a presente questão ao Senhor Presidente da Assembleia da República e de ter em conta o entendimento do proponente da iniciativa em referência, no caso, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Por fim, tendo em conta que o Senhor Deputado António Gameiro deixou de integrar a 10.ª Comissão como suplente, foi designado, em sua substituição, o Senhor Deputado Luís Soares autor do parecer do Projeto de Lei n.º 74/XIII/1.ª (PCP).

3. Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs: 53/XIII/1.ª (PCP) – Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença; 56/XIII/1.ª (BE) – Alarga o acesso às pensões de invalidez e velhice dos trabalhadores da empresa nacional de urânio e consagra o direito a uma indemnização emergente de doença profissional ou por morte; 60/XIII/1.ª (PEV) – Procede à alteração ao Decreto-Lei nº 28/2005, de 10 de Fevereiro, sobre o Regime Jurídico de Acesso às Pensões de Invalidez e Velhice pelos Trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio (ENU) S.A., e estabelece o direito a indemnização em caso de doença profissional ou por morte.

**Deputado autor do parecer:** Pedro Alves (PSD);



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Apresentou o parecer o Senhor Deputado Pedro Alves (PSD). Submetido à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovadas por unanimidade.

4. Apreciação do relatório da audiência concedida à FIEQUIMETAL em 7 de janeiro de 2016;

Tinha sido distribuída à Comissão nova versão do relatório integrando já as propostas de alteração apresentadas pela Senhora Deputada Rita Rato (PCP) e pelo Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP).

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) pediu a palavra para propor a dispensa de apresentação dos relatórios de audiências, havendo a respetiva distribuição pela Comissão, proposta que colheu concordância da Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), coordenadora do Grupo de Trabalho de audiências da Comissão.

5. Definição da metodologia e calendarização da discussão e votação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 3/XIII/1.ª (PS) – Restabelece os feriados nacionais da Implantação da República, a 5 de Outubro, e da Restauração da Independência, a 1 de Dezembro; 8/XIII/1.ª (PCP): - Reposição dos feriados nacionais retirados; 20/XIII/1.ª (PEV): - Restitui os feriados nacionais obrigatórios eliminados (Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.os 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de Junho, 47/2012, de 29 de Agosto, 69/2013, de 30 de Agosto, 27/2014, de 8 de Maio e 55/2014, de 25 de Agosto); e 33/XIII/1.ª (BE): - Restabelecimento dos feriados nacionais suprimidos.

Intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados: Sónia Fertuzinhos (PS), António Carlos Monteiro (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Maria das Mercês Borges (PSD), José Soeiro (BE), Ricardo Bexiga (PS), Filipe Lobo D'Ávila, concluindo o Senhor Presidente pelo entendimento consensual da Comissão no sentido de se aguardar por informação do Governo em relação à troca de correspondência da Santa Sé para a reposição dos feriados religiosos, bem como pelo agendamento de audição dos parceiros sociais



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

com assento na Comissão Permanente de Concertação Social na 3.ªf da semana seguinte, com início às 11h00.

6. Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 7/XIII (BE) e 8/XIII (PCP) - Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro, que "procede à alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 309-A/2000, de 30 de novembro, e 13/2013, de 25 de janeiro, que procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a proteção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência;"

As Senhoras Deputadas Sónia Fertuzinhos (PS) e Diana Ferreira (PCP) apresentaram, individualmente, as alterações propostas por cada um dos respetivos Grupos Parlamentares.

De seguida procedeu-se à votação das alterações propostas, da qual se elaborou relatório, dispensando maior desenvolvimento nesta sede.

O Senhor Presidente indicou que os trabalhos seriam naquele momento interrompidos, pelas 13h00, em correspondência ao convite do Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, dirigido aos Senhores Deputados, Funcionários e Colaboradores da Assembleia da República para se associarem à homenagem ao antigo Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

7. Discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 1/XIII - Programa especial de apoio para a Ilha Terceira (ALRAA) e 3/XIII - Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção (ALRAM); (aprovadas, na generalidade, por unanimidade, na reunião plenária de 18 de dezembro)



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Retomados os trabalhos, pelas 13h30, a condução da reunião foi assumida pela Vice-Presidente Rita Rato (PCP), em substituição e a pedido do Senhor Presidente que teve de ausentar-se.

A solicitação da Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS), foi este ponto de novo adiado para a reunião da próxima semana.

#### 8. Outros assuntos.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) informou que tinha solicitado que a audição dos peticionários – Petição n.º 308/XII/3.ª - “Contra o roubo nas pensões e o aumento da idade da reforma”, da iniciativa da Confederação-Geral dos Trabalhadores Portugueses, Intersindical Nacional (CGTP-IN) e subscrita por 61.184 cidadãos pudesse realizar-se na reunião ordinária da Comissão na semana seguinte, tendo em conta que: a hora e data propostas para a audição – 5.ª feira, 10h - coincidem com as reuniões dos grupos parlamentares; a petição tem mais de 4.000 assinaturas (61.184); trata-se de uma confederação sindical e é relativa a matérias fundamentais (aposentação e idade da reforma).

Colocada a questão à consideração dos Senhores Deputados, foi deliberado promover a referida audição no dia seguinte, após Plenário, pelas 18h30. Caso os peticionários não tivessem disponibilidade para o novo horário proposto, foi sugerido o reagendamento daquela audição para 6.ª feira, dia 22 de janeiro, pelas 16 horas.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) disse ainda que tinha solicitado que fosse discutido na reunião desse dia a metodologia e calendarização da discussão na especialidade das seguintes iniciativas legislativas que já tinham baixado à Comissão para a especialidade:

Tipo	Núm	Leg.	SL	Título	Estado	Estado	Autores
Projeto de Lei	18	XIII	1	<u>Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública</u>	Baixa comissão especialidade	2016-01-15	PEV
Projeto de Lei	97	XIII	1	<u>Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas</u>	Baixa comissão especialidade	2016-01-15	PS

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Projeto de Lei	96	XIII	1	<u>35 horas para maior criação de emprego e reposição dos direitos na função pública</u>	Baixa comissão especialidade	2016-01-15	BE
Proposta de Lei	180	XII	3	<u>Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas na Região Autónoma dos Açores.</u>	Baixa comissão especialidade	2016-01-15	Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Projeto de Lei	7	XIII	1	<u>Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública, procedendo à 3ª alteração à Lei n.º35/2014, de 20 de junho</u>	Baixa comissão especialidade	2016-01-15	PCP
Proposta de Lei	9	XIII	1	<u>Reduz o horário de trabalho para as 35 horas semanais</u>	Baixa comissão distribuição inicial generalidade	2016-01-14	Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Colocada a questão à consideração dos Senhores Deputados, foi deliberado criar um grupo de trabalho, que será coordenado pelo GP do PS, para proceder à discussão e votação na especialidade das referidas iniciativas legislativas. Foi dada indicação de que os diversos grupos parlamentares deveriam fazer chegar durante essa tarde informação relativa aos deputados que o vão integrar, bem como deveriam manifestar a sua posição relativamente à proposta avançada no sentido de os parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, que vão ser ouvidos pela Comissão, dia 26 de janeiro, em audição sobre as iniciativas legislativas dos feriados, também se pudessem pronunciar sobre os projetos de lei que propõem as 35 horas por semana como período normal de trabalho.

A reunião foi encerrada às 14h10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 janeiro 2016.

O PRESIDENTE



(FELICIANO BARREIRAS DUARTE)



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
António Carlos Monteiro  
Carla Barros  
Clara Marques Mendes  
Feliciano Barreiras Duarte  
Filipe Lobo D' Ávila  
Isabel Pires  
Joaquim Raposo  
José Moura Soeiro  
Luís Soares  
Maria das Mercês Borges  
Paulo Duarte Marques  
Pedro Roque  
Ricardo Bexiga  
Rita Rato  
Rui Riso  
Sandra Pereira  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Lamas  
Wanda Guimarães  
Álvaro Batista  
António Ventura  
Diana Ferreira  
Helga Correia  
Isabel Santos  
Jorge Falcato Simões  
Pedro Alves  
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes  
Sofia Araújo  
Tiago Barbosa Ribeiro

